

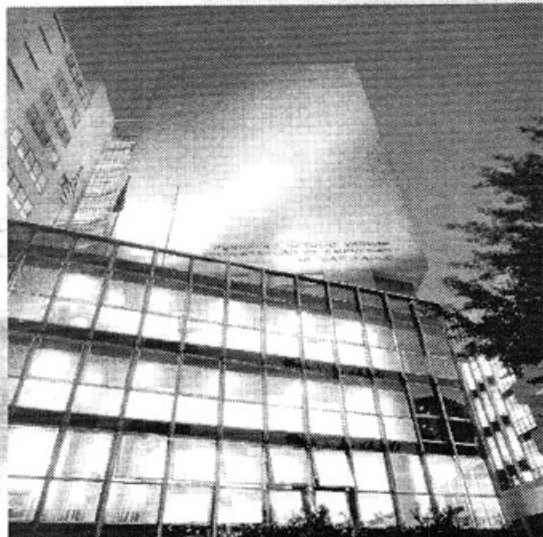


FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Textos para Discussão



série Economia de Empresas

Nº 93 - Outubro de 2000

Pobreza, trabalho infantil e renda familiar per capita no Brasil

Sérgio Goldbaum

Fernando Garcia

Cláudio Ribeiro de Lucinda

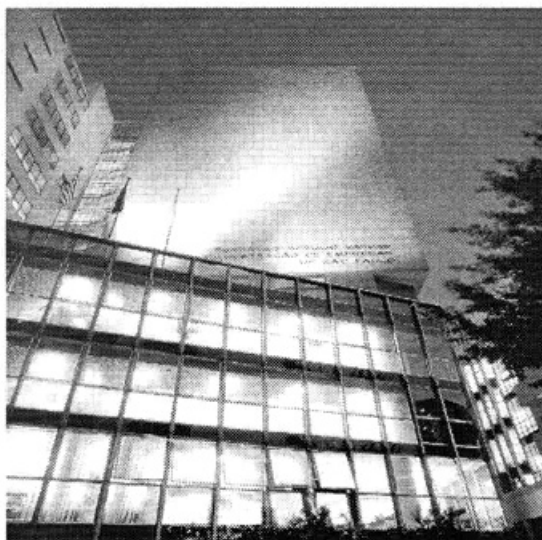


FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Textos para Discussão



série Economia de Empresas

Nº 93 - Outubro de 2000

Pobreza, trabalho infantil e renda familiar per capita no Brasil

Sérgio Goldbaum

Fernando Garcia

Cláudio Ribeiro de Lucinda

Pobreza, trabalho infantil e renda familiar per capita no Brasil

**Sérgio Goldbaum
Fernando Garcia
Cláudio Ribeiro de Lucinda**

1. Introdução

Em 1997, havia no Brasil aproximadamente 17,0 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, das quais aproximadamente 3,13 milhões (18,3%) estiveram trabalhando ou procurando emprego entre setembro de 1996 e setembro de 1997¹. Em termos da PEA², quase 2,9 milhões de crianças nessa idade declararam-se economicamente ativas. Considerando apenas o Brasil urbano, 1,46 milhão (isto é, 11,1%) das 13,08 milhões de crianças de 10 a 14 anos que moram em zonas urbanas estavam nessa condição. Nas regiões metropolitanas, aproximadamente 7% (330 mil) das crianças entre 10 e 14 anos faziam parte da PEA.

A incidência de taxas persistentes e significativas de participação de mão de obra infantil (crianças de 10 a 14 anos) no mercado de trabalho do Brasil e da América Latina motivou a publicação relativamente recente de diversos trabalhos por parte de pesquisadores do IPEA, notadamente Barros & Mendonça (1991; doravante B&M) e Barros, Mendonça & Velazco (1994, 1998; doravante BM&V), entre outros. Os dois trabalhos de BM&V discutem, através de análise teórica e da observação de dados empíricos, a suposta relação que deveria haver, segundo a literatura econômica prevalecente, entre pobreza e trabalho infantil.

BM&V (1998) definem “pobreza” em dois níveis distintos: (i) em um nível específico – microeconômico – de pobreza familiar, e (ii) em um nível de pobreza agregado – macroeconômico – da sociedade. Assim, no nível microeconômico,

¹ Para esta estimativa, considerou-se todas as crianças entre 10 a 14 anos de idade que estavam trabalhando ou licenciados na semana de referência (21 a 27 de setembro de 1997), ou que trabalharam no ano anterior à semana de referência, ou que procuraram trabalho nesta semana, no mês (setembro), no mês anterior a ela (agosto) ou no ano anterior a ela.

“pobreza” significa renda familiar per capita (isto é, renda da família dividido pelo número de membros desta família, incluindo agregados). No nível macroeconômico, “pobreza” significaria baixos níveis de renda per capita, de um lado, e altos índices de concentração de renda de Gini, de outro.

Para examinar a influência de condicionantes da taxa de participação do trabalho infantil, imaginaram um modelo de escolha racional, cuja formalização encontra-se em um estudo do IPEA (BM&V, 1994). Neste modelo, a alocação do tempo útil das crianças entre educação, trabalho e lazer³ é uma decisão familiar, a qual procura maximizar seu nível de bem-estar, sujeito a uma série de restrições de recursos e preços.

No modelo de BM&V (1994), ainda, a educação é vista como um “bem de investimento”, que proporciona ganhos de renda e de utilidade no futuro⁴. Além disso, supõe-se que os pais não têm acesso ao crédito, de forma que a renda total dos filhos é gasta ou com educação ou com consumo corrente. Isto é, não há poupança para o consumo futuro dos filhos e todo o investimento realizado pelos pais relacionado ao consumo futuro dos filhos é feito na forma de educação. Considera-se também que a quantia que os pais querem transferir para cada filho é crescente com o nível de renda familiar per capita. Assim:

“Dadas estas hipóteses, o consumo imediato das crianças e sua renda futura ficam definitivamente determinados uma vez que os pais tenham decidido sobre as transferências e a alocação do tempo dos filhos. Na realidade, o consumo imediato das crianças é igual às transferências de renda dos pais [para as crianças] mais o próprio rendimento do trabalho da criança menos os gastos em educação” (BM&W, 1998, p. 147).

A construção do modelo permite analisar a alocação ótima do tempo da criança como uma função de três variáveis: a renda per capita familiar, o custo monetário da educação e a estrutura de salários.

Os autores estavam particularmente interessados em saber como as decisões de alocação de tempo das crianças são afetadas pelo nível específico (microeconômico) de pobreza familiar e pelo nível macroeconômico de pobreza da sociedade: mudanças nos

² O conceito de PEA (população economicamente ativa) do IBGE abrange apenas quem trabalha ou procura trabalho na semana anterior à pesquisa. É, portanto, um conceito mais restrito de trabalho infantil.

³ “Lazer” neste contexto inclui “trabalhos domésticos”.

⁴ “Bens de investimento” contrastam com “bens de consumo”, os quais proporcionam ganhos de utilidade no presente. Desconsideram-se desta forma, por motivo de simplificação, os ganhos de utilidade da educação decorrentes do processo de aprendizagem.

níveis de pobreza de uma economia afetam aquelas três variáveis (renda per capita familiar, custo monetário da educação e estrutura de salários); essas variáveis, por sua vez, afetam a distribuição do tempo das crianças entre educação, lazer e trabalho.

Assim, a redução da “pobreza” de uma economia afetaria o trabalho infantil em dois níveis: (i) no nível específico, aumentaria a renda da família (o que tenderia a reduzir o trabalho infantil e a estimular a educação) e (ii) no nível agregado, reduziria o custo relativo da educação (o que também atuaria no sentido de reduzir o trabalho infantil e estimular a educação), mas aumentaria os salários⁵ e, hipoteticamente, reduziria o hiato de salários entre trabalhadores qualificados e não qualificados⁶ (efeitos que, por outro lado, tenderiam a estimular a participação de menores no mercado de trabalho em detrimento da educação). A tabela 1 sintetiza estes efeitos:

Tabela 1. Impacto de crescimento econômico sobre a Taxa de Participação de menores na Força de Trabalho (TPFT)

Nível	Fator	Impacto
Microeconômico	1. aumenta renda familiar per capita	Reduz TPFT
	2. Reduz custo de educação de Qualidade	Reduz TPFT
Macroeconômico	3. Aumenta salários	Aumenta TPFT
	4. Reduz diferencial salarial entre trabalhadores	Aumenta TPFT

Elaborado a partir de BM&V (1998)

Observa-se acima que, considerando-se os efeitos descritos, a relação entre crescimento econômico e trabalho infantil fica indeterminada: de um lado, o crescimento econômico estimula a educação em detrimento do trabalho infantil; e, de outro lado, estimula o trabalho infantil em detrimento da educação⁷.

3. Análise da evidência empírica

⁵ na medida em que o possível avanço tecnológico associado ao crescimento econômico também elevaria a produtividade marginal do trabalho

⁶ Esse último efeito apoiar-se-ia na observação empírica que relaciona desenvolvimento e redução do hiato de salários entre países da OECD e da América Latina

⁷ O estudo do modelo desenvolvido pelos pesquisadores do IPEA permite compreender melhor estas relações. Veja BM&V (1994)

Para observar a relação entre o trabalho infantil e pobreza, BM&V (1998) recorreu à análise de três tipos de evidências: (i) evidências macroeconômicas (renda per capita e índice de Gini), dos países da América Latina, (ii) evidências macroeconômicas (proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza) das regiões metropolitanas do Brasil e (iii) evidências microeconômicas (renda familiar per capita, obtidas a partir das pesquisas domiciliares) das regiões metropolitanas brasileiras.

3.1. Macroevidências

a. Comparações internacionais.

Segundo os dados de 1996 do Banco Mundial, a TPFT de crianças entre 10 e 14 anos na América Latina varia bastante, de 0,0 % no Chile até 24% no Haiti (16% no Brasil); entretanto, salienta-se que, neste ano, mais da metade dos países latino americanos apresentavam TPFT menor que 2,3%. A TPFT média do grupo de países da América Latina caiu entre 1960 e 1996, de acordo com a tabela 2, abaixo:

Tabela 2: TPFT média do grupo de países da América Latina (1960 - 1996)

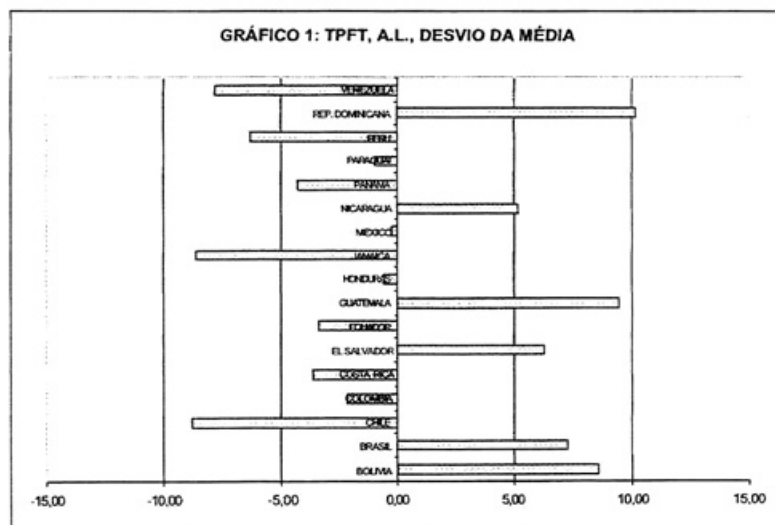
Ano	1960	1970	1980	1990	1996
TPFT	11,8%	9,8%	8,2%	6,6%	5,4%

Fonte: Banco Mundial (1998)

As comparações internacionais realizadas em BM&V (1998) utilizam-se de dados da taxa de participação na força de trabalho de crianças de 10 a 14 anos para o ano de 1985, tal como apresentadas no relatório da CEPAL de 1991. Nos relatórios da CEPAL de 1992 e de 1995, no entanto, esses dados foram revisados e profundamente alterados, de forma tal que no relatório de 1996 os dados referentes ao ano de 1985 foram suprimidos e no relatório de 1997 a série inteira foi suprimida. Por outro lado, as séries de índices de concentração de renda de Gini foram calculadas com base no Relatório do Banco Mundial (World Development Report) de 1993, o qual apresentava dados sobre distribuição de renda apurados em anos muito dispersos. Por conta destas restrições⁸, decidiu-se utilizar, neste trabalho, dados do Banco Mundial, exclusivamente, procurando, desta forma, compatibilizar ao máximo possível as séries.

⁸ As quais já haviam sido aventadas por BM&V, 1998, p. 156, último parágrafo.

Para analisar no presente trabalho a relação entre TPFT e os níveis de pobreza, reuniu-se uma amostra correspondente a um subgrupo de países da América Latina para os quais havia disponibilidade de todos os dados envolvidos: renda per capita, índice de concentração, além, é claro, da TPFT⁹. O gráfico 1, a seguir, mostra o desvio da média de cada país, a partir dos dados do Banco Mundial, ilustrando a variação da TPFT entre os países da amostra. Especificamente, o Brasil apresenta uma TPFT 7,2 pontos percentuais acima da média latino-americana.

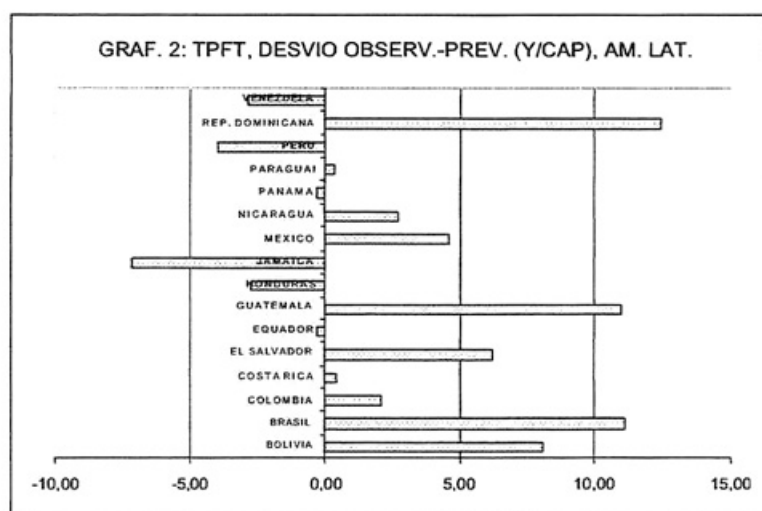


Fonte: Elaborado a partir de Banco Mundial (1998)

Para examinar a relação entre pobreza e TPFT, regrediu-se, em primeiro lugar, esta última variável com relação à renda per capita de cada país e computou-se o desvio entre a TPFT observada de cada país e a TPFT que foi prevista pela linha de regressão¹⁰. O resultado está no gráfico 2, a seguir:

⁹ Veja os dados utilizados no apêndice A1.

¹⁰ Para esta regressão, excluiu-se o Chile, pois a regressão logística não aceita que a variável dependente seja igual a zero, quando é usado o método dos mínimos quadrados. Uma opção alternativa teria sido a estimação através do método de máximas verossimilhança. Veja o resultado da regressão no apêndice A2.

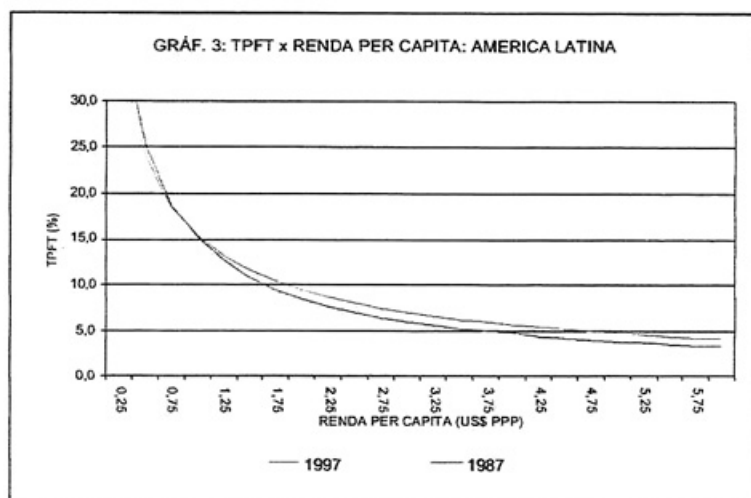


Fonte: Elaborado a partir de Banco Mundial (1998)

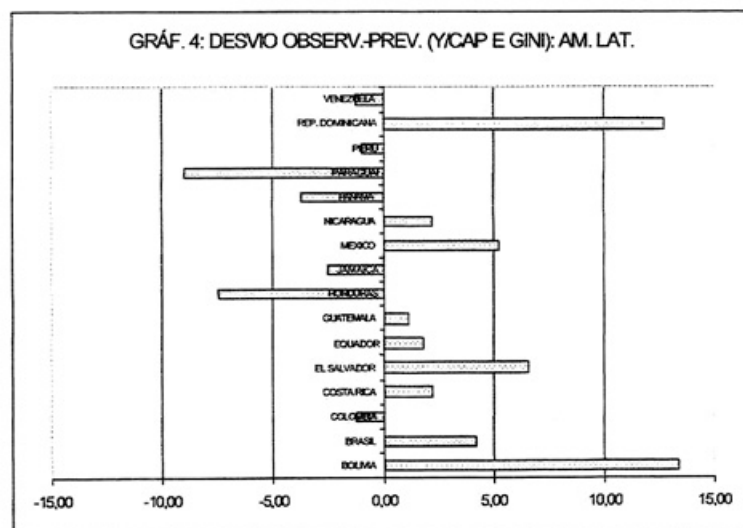
Se a renda per capita fosse relevante para a explicação da TPFT, esses desvios deveriam ser significativamente menores do que os do gráfico 1. Não apenas isto não se verificou, como, no caso brasileiro, o desvio aumentou, o que torna a renda per capita uma variável especificamente pouco explicativa para o caso brasileiro. É o mesmo que afirmar que a TPFT no Brasil, além de ser 7 pontos percentuais maior do que a média dos países selecionados, é também 11 pontos percentuais maior do que a TPFT de países que apresentam renda per capita semelhante.

Mesmo considerando-se o fato de que a relação entre renda per capita e TPFT é empiricamente fraca (o R^2 é de 0,08) e que o coeficiente da renda per capita não é significativo, é possível imaginar, a partir dos sinais dos coeficientes da regressão, uma relação negativa entre renda per capita e TPFT. O gráfico 3, a seguir, normaliza essa relação a partir da regressão. Observa-se que seria necessário um aumento de aproximadamente 160% da renda per capita de um país (de US\$ 940 para US\$ 2450) para que sua TPFT fosse reduzida de 16% para 8%, isto é, para reduzir pela metade uma TPFT semelhante à do Brasil. Em BM&V (1998), a variação da renda per capita correspondente à uma redução da TPFT de 10% para 5% era um pouco menor, de 135%¹¹.

¹¹ O texto original indica que essa variação deveria ser de 120%, mas cálculos realizados a partir da mesma base de dados corrigiram o dado para 135%.



Em uma segunda regressão, incluiu-se o índice de Gini de distribuição de renda como variável explicativa para a TPFT. O R^2 aumentou de 0,08 da primeira regressão para 0,36¹², mas os desvios entre valores observados e valores estimados, conforme mostra o gráfico 4, pouco se reduziram. No caso do Brasil, esta diferença caiu para aproximadamente 4,2%, por conta da alta concentração de renda no país (o índice de Gini em 1995, para o país, era de 0,60, o mais alto entre os países da amostra).



Assim, conclui-se que nem a renda per capita, nem o índice de Gini (as duas *proxies* da pobreza no nível “agregado”) apresentam-se como boas variáveis explicativas da TPFT, ao menos no nível internacional.

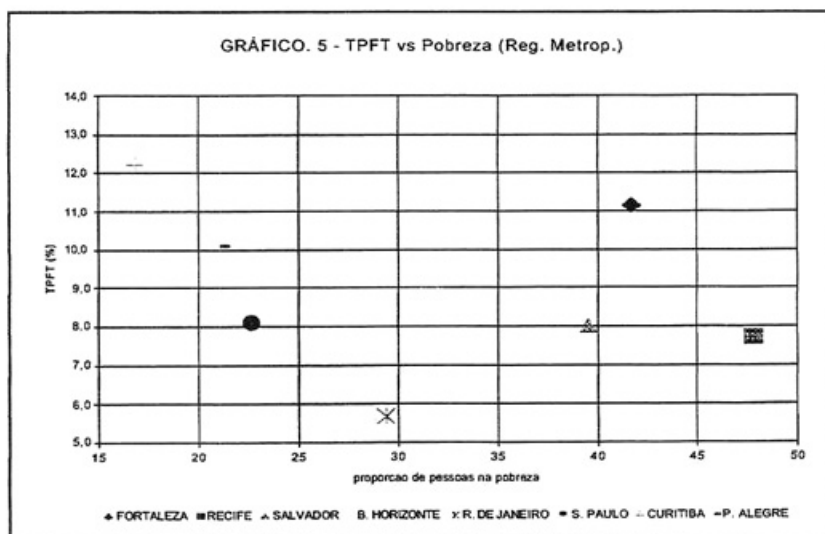
¹² Em BM&V 1998, o R^2 aumentou de 0,42 para 0,52.

b. Comparações inter-regionais e inter-temporais.

As vantagens da análise das evidências empíricas das regiões metropolitanas brasileiras são a consistência dos dados, obtidos a partir das pesquisas domiciliares e a possibilidade de examinar a variação da TPFT ao longo do tempo¹³.

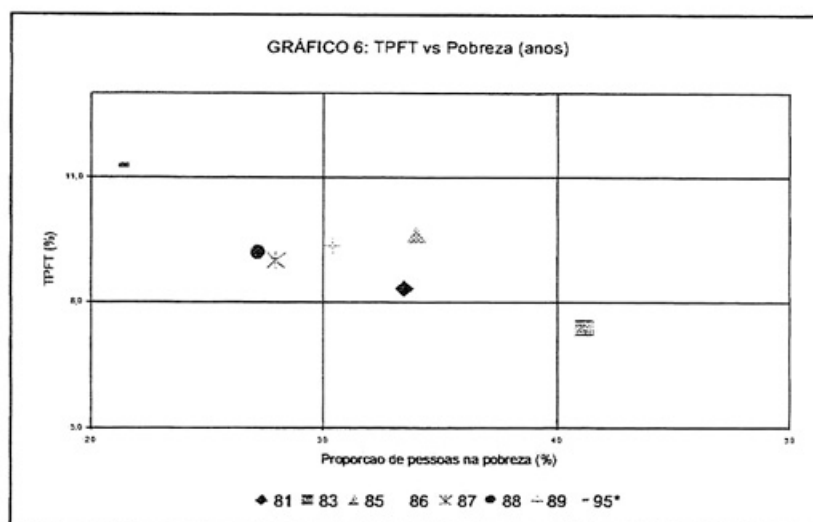
As disparidades inter-regionais e inter-temporais de pobreza apresentadas em Rocha (1991) persistem em Rocha (1998): a incidência de pobreza varia não apenas entre as regiões metropolitanas mas também ao longo do tempo, sensível que é a flutuações econômicas. Assim, se o nível de pobreza fosse o principal determinante da TPFT, seria de esperar maiores TPFTs nas regiões metropolitanas mais pobres e em períodos de maior pobreza.

No entanto, o gráfico 5 refuta essa hipótese. Caso houvesse alguma relação significativa entre pobreza e TPFT, os pontos do gráfico 5 deveriam situar-se ao longo de uma linha ascendente, o que não ocorre. Ao contrário, observa-se, no mesmo gráfico, que regiões com alta incidência de pobreza podem apresentar baixas TPFT, como é o caso de Recife, e vice-versa, como é o caso – surpreendente – de Curitiba. Esse gráfico difere muito pouco ao de BM&V (1998) pois, em se tratando de médias, os valores pouco mudaram com a inclusão da evidência do ano de 1995.



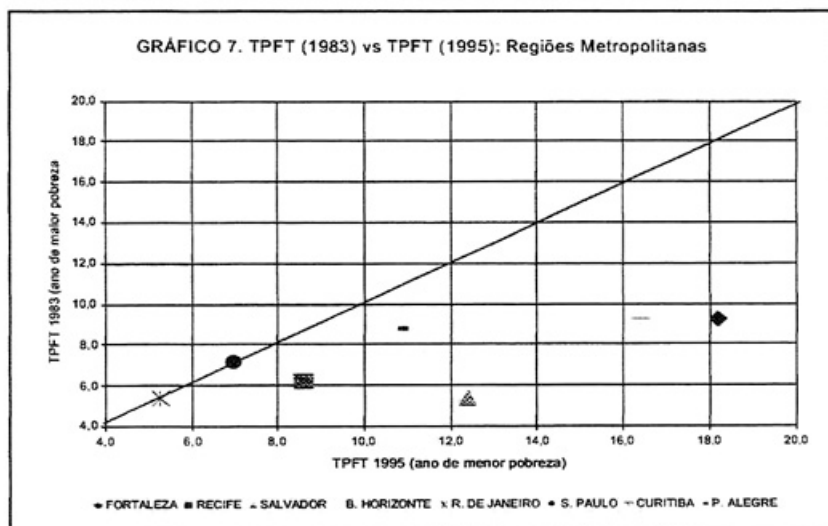
Com relação ao comportamento intertemporal, o gráfico 6 também refuta a hipótese de relação direta entre TPFT e pobreza. Os pontos do gráfico encontram-se

dispersos, ao invés de também estarem situados ao longo de uma reta ascendente, como seria de se esperar caso aquela relação se verificasse. Além disso, o ano de maior pobreza, 1983, apresenta a menor TPFT, contraditoriamente.



Fontes: Elaborado a partir de BM&V (1998), Rocha (1998) e IBGE (1996)

O gráfico 7 confirma a ausência de relação entre pobreza e TPFT no Brasil metropolitano, opondo a TPFT metropolitana no ano de maior pobreza (1983) à TPFT vigente ao ano de menor pobreza (1995). Ao contrário do que supõe a hipótese usual, os pontos não se situam majoritariamente na área acima, mas abaixo, da linha de 45° que divide o gráfico.



Fontes: Elaborado a partir de BM&V (1998), Rocha (1998) e IBGE (1996)

¹³ Veja os dados no Apêndice A4.

Portanto, assim como para o caso da análise a partir de dados internacionais, a análise a partir de macroevidências também não corrobora a hipótese da relação entre TPFT de menores entre 10 e 14 anos e proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, quando são utilizados dados inter-regionais no Brasil.

3.2 Microevidências de pesquisas domiciliares.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1987 (IBGE, 1988), B&M (1991) estudaram a relação entre a TPFT e a taxa de não frequência à escola de menores (TNFE) entre 10 e 14 anos, nas regiões metropolitanas, de um lado; e a renda familiar per capita, de outro. Os autores demonstraram que a TPFT e a TNFE são: (a) crescentes com a idade, (b) mais baixas para as meninas do que para os meninos, (c) maiores em São Paulo e em Porto Alegre do que em Fortaleza e (d) decrescentes com os recursos econômicos da unidade doméstica em que vivem.

Além disso, os autores destacaram:

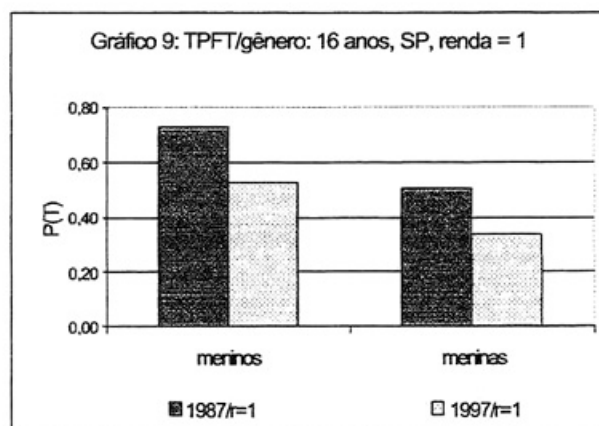
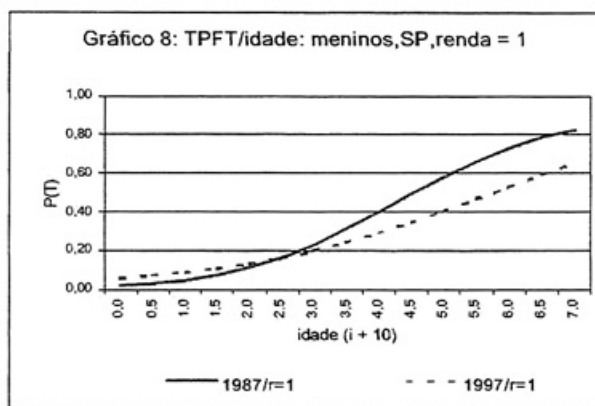
- A importância do fato de que as meninas apresentam uma TNFE menor do que os meninos; Este fato constituir-se-ia em uma característica rara entre países em desenvolvimento (onde há, geralmente, um viés contra a educação de meninas), que poderia facilitar, se complementado com políticas públicas adequadas, a redução da desnutrição e da mortalidade infantil no Brasil.
- A importância do fato de que a TPFT e a TNFE serem menores em Fortaleza do que aquelas observadas em São Paulo e em Porto Alegre. Este fato parecia indicar que, a despeito do custo de educação em São Paulo ser supostamente mais baixo do que em Fortaleza, “a decisão dos menores de trabalhar e de abandonar a escola era decisivamente influenciada pela atratividade do mercado de trabalho em que se inserem, e não somente pela escassez de recursos econômicos das unidades domésticas em que vivem” (B&M, 1991, p. 375).

Utilizando a mesma metodologia¹⁴ e o mesmo procedimento econométrico utilizado em B&M (1991), os coeficientes obtidos pelos autores foram atualizados a partir dos dados da PNAD de 1997¹⁵. Os resultados obtidos são analisados a seguir.

¹⁴ Veja a metodologia utilizada no Apêndice A4.

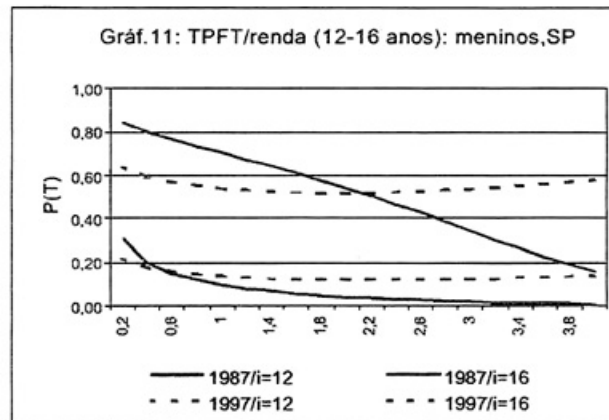
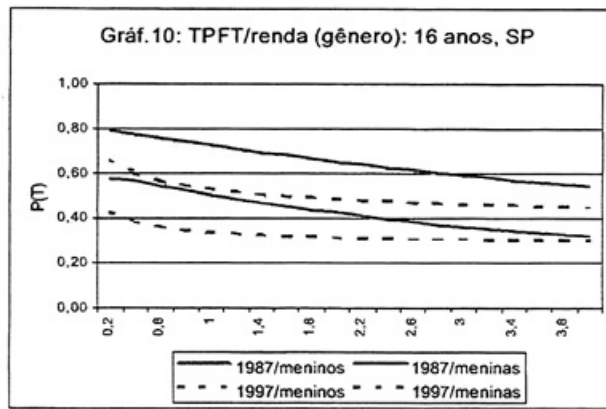
¹⁵ Veja os coeficientes obtidos nas duas pesquisas no Apêndice A5.

No gráfico 8, observa-se que a TPFT de meninos da região metropolitana de São Paulo é menos sensível com relação à idade do que no estudo de B&M (1991); por outro lado, observa-se, no gráfico 9, que a TPFT de menores de 16 anos que moram em São Paulo caiu tanto para meninos quanto para meninas, mas de forma mais acentuada para as meninas paulistanas de 16 anos.



Fonte: Elaborados a partir de B&M (1991) e IBGE (1998).

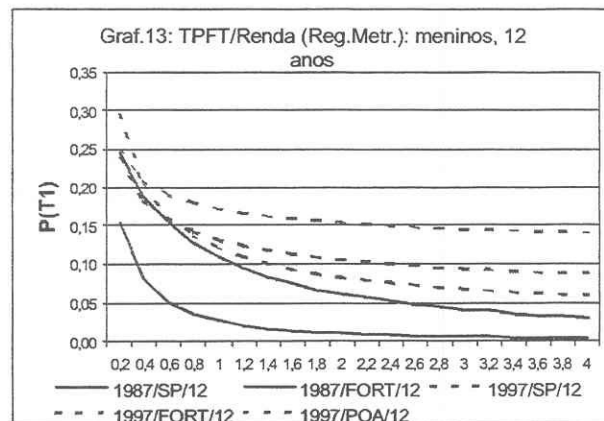
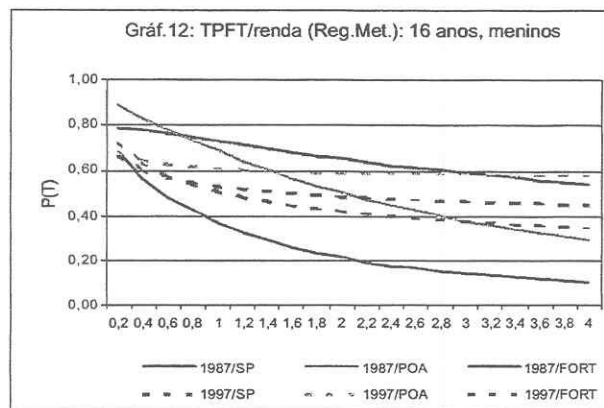
No gráfico 10, mostra-se que a participação de meninos e meninas paulistanos de 16 anos na força de trabalho também apresentou-se, em 1997, menos sensível a variações de renda do que em 1987. Da mesma forma, o gráfico 11 indica que variações de idade também não tornam a participação de menores paulistanos mais sensível a variações de renda: tanto a TPFT de meninos de 12 anos quanto a de meninos de 16 anos são menos sensíveis em 1997 do que em 1987.



Fonte: Elaborado a partir de B&M (1991) e IBGE (1998).

No gráfico 12, é possível observar que a participação de meninos de 16 anos é também menos sensível à variação da renda estando ele em São Paulo, Fortaleza ou Porto Alegre. Entretanto, é que observa-se que, ao contrário do estudo de B&M (1991), a TPFT meninos de Porto Alegre de 16 anos, quando controlados pela renda familiar per capita, mostra-se superior à de São Paulo.

A TPFT de Porto Alegre também é maior no gráfico 13, que mostra a relação entre a TPFT de meninos de 12 anos de São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza com relação à renda familiar per capita.



Fonte: Elaborado a partir de B&M (1991) e IBGE (1998).

Tanto em B&M (1991) quanto no presente trabalho, a probabilidade de que um menor de 16 anos esteja participando da força de trabalho é maior em São Paulo do que em Fortaleza. Este fato sustentava uma das principais conclusões do trabalho de B&M (1991): a de que a atratividade de mercado supera a qualidade de escolas (a qual deve ser, supostamente, melhor em regiões metropolitanas ricas) como fator decisivo para a participação do menor na força de trabalho.

Conclusões

A idéia desse trabalho era a de estudar os modelos propostos em B&M (1991) e em BM&V (1994) para explicar a incidência de altas taxas de participação de trabalho infantil de crianças de 10 a 14 anos no Brasil, atualizando os dados da PNAD de 1987 com os da PNAD de 1997.

As conclusões obtidas podem ser assim sintetizadas:

- a. O estudo das evidências macroeconômicas dos países da América Latina reafirmou, com novos dados, a conclusão de BM&V (1998), segundo a qual a relação entre TPFT, de um lado, e renda per capita e índice de Gini, de outro, é empiricamente fraca.
- b. O estudo das evidências macroeconômicas das regiões metropolitanas brasileiras confirmou que, ao longo do período que vai de 1981 a 1995, não se verifica uma relação definida entre TPFT e proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza.
- c. O estudo das evidências microeconômicas das regiões metropolitanas brasileiras mostrou que (i) a TPFT é menos sensível com relação à idade e a variações da renda familiar per capita em 1997 do que em 1987; e (ii) a atratividade do mercado parece superar a qualidade de escolas (a qual deve ser, supostamente, melhor em regiões metropolitanas ricas) como fator decisivo para a participação do menor na força de trabalho.

As conclusões listadas em (c) parecem recolocar na pauta considerações de ordem macroeconômicas, como o impacto da renda per capita e da concentração de renda sobre a produtividade do trabalho, o custo da educação e o diferencial salarial entre trabalhadores.

A importância do contexto macroeconômico é lembrada em Azevedo (1999)¹⁶, para quem não há consenso com respeito à relação entre a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e o ciclo econômico:

“Em períodos recessivos, a oferta de trabalho de crianças e adolescentes tende a aumentar uma vez que o nível de receitas [da família] tende a ser menor e, em um efeito-renda, a família necessita inserir no mercado de trabalho seus membros mais jovens a fim de sustentar um nível de consumo prevalente. (...) Por outro lado, a inserção de crianças e adolescentes também reflete um efeito substituição sobre a demanda de trabalho. Uma crise realoca trabalhadores adultos ao desemprego, disponibilizando-os para o trabalho, competindo com as crianças e adolescentes que estão entrando no mercado de trabalho” (Azevedo, 1999, p. 5).

No trecho acima, Azevedo (1999) identifica o “efeito-renda” em uma crise à redução da renda familiar per capita (o que tende a aumentar a TPFT) e o “efeito substituição” em uma depressão ao aumento do diferencial salarial entre trabalhadores (o que tende a reduzir a TPFT) Assim, o crescimento econômico em uma cidade pode

¹⁶ O trabalho de Azevedo (1999) explora, de forma empírica, a influência de variáveis como a estrutura familiar e características individuais na inserção de crianças, adolescentes e adultos no mercado de trabalho.

estar estimulando uma maior participação de crianças em seu mercado de trabalho através de um efeito-substituição, no qual crianças e adolescentes tendem a receber salários menores nos mesmos postos antes ocupados por adultos; ao mesmo tempo, a relativa desaceleração econômica pode estar diminuindo a participação de menores na força de trabalho, o que não significa é claro, que a sua situação social melhorou.

A leitura do trecho de Azevedo (1991) sugere, entretanto, que políticas públicas que desejem erradicar o trabalho infantil nas regiões metropolitanas no Brasil devem levar em conta não apenas a renda per capita e o índice de Gini, mas também o impacto diferenciado do crescimento e da desaceleração econômica sobre a situação de emprego de crianças e adolescentes.

Apêndices:

A1. Dados do Banco Mundial: Comparações Internacionais

	TRAB INF		RENDA/CAP		GINI	DESVIO DA MÉDIA	
	ANO	%	ANO	Y/CAP			
BOLVIA	1990	17,36	1990	2038	1990	0,42	8,54
BRASIL	1995	16,09	1995	4622	1995	0,60	7,27
CHILE	1994	0,00	1994	7818	1994	0,57	-8,82
COLOMBIA	1995	6,62	1995	5336	1995	0,57	-2,20
COSTA RICA	1996	5,21	1996	4903	1996	0,47	-3,61
EL SALVADOR	1995	15,12	1995	2155	1995	0,50	6,30
EQUADOR	1995	5,43	1994	3869	1994	0,47	-3,39
GUATEMALA	1990	18,26	1989	2819	1989	0,60	9,44
HONDURAS	1996	8,23	1996	1614	1996	0,54	-0,59
JAMAICA	1990	0,21	1991	2792	1991	0,41	-8,61
MEXICO	1990	8,59	1992	6196	1992	0,50	-0,23
NICARAGUA	1995	13,98	1993	1563	1993	0,50	5,16
PANAMA	1992	4,53	1991	4828	1991	0,57	-4,29
PARAGUAI	1995	7,88	1995	2719	1995	0,59	-0,94
PERU	1994	2,48	1994	3300	1994	0,45	-6,34
REP. DOMINICANA	1990	19,01	1989	3236	1989	0,51	10,19
VENEZUELA	1995	0,95	1995	6598	1995	0,47	-7,87

Fonte: Banco Mundial (1998).

A2. Regressões: Comparações internacionais

Variável	ln[TPFT/(1-TPFT)]			
	BM&V (1998)	BM&V (1998)	G&G (2000)	G&G (2000)
Constante	-1.73 (0,0005)	-2.99 (0,03)	-1.71 (0,08)	-7.07 (0,011)
Ln(Y/cap)	-0.93 (0,0068)	-0.88 (0,011)	-0.81 (0,278)	-0.97 (0,142)
Índice de Gini		2,3 (0,294)		10.92 (0,033)
R ²	0,47	0,52	0,08	0,36

Obs.: números em parênteses representam os *p-value* das estatísticas.
Fonte: elaborado a partir de dados do Banco Mundial (1998).

A3: Evidências macroeconômicas: Comparações inter-regionais.

TABELA B1
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO DE CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS

REG. METROP.	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	93	95*	96*	MEDIA
FORTALEZA	9,3	10,0	9,2	9,5	12,7	12,2	9,7	12,9	9,0	na	na	18,2	10,1	11,2
RECIFE	7,3	8,5	6,2	7,0	8,5	9,2	7,8	7,2	6,3	na	na	8,6	8,1	7,7
SALVADOR	7,5	8,1	5,4	7,6	8,8	6,3	6,8	8,7	9,6	na	na	12,4	6,7	8,0
B. HORIZONTE	8,7	9,8	7,7	6,6	8,3	9,5	10,0	8,9	9,4	na	na	11,4	11,2	9,2
R. DE JANEIRO	5,8	6,0	5,4	4,9	6,6	4,9	6,7	5,0	6,0	na	na	5,3	5,9	5,7
S. PAULO	7,4	7,7	7,1	7,9	10,1	9,2	8,2	7,2	9,6	na	na	7,0	7,4	8,1
CURITIBA	12,0	12,3	9,2	11,8	12,3	10,2	11,8	12,6	14,4	na	na	16,4	11,3	12,2
P. ALEGRE	8,8	9,4	8,8	8,7	9,6	12,2	11,1	10,8	10,4	na	na	10,8	10,4	10,1
MEDIA	8,4	9,0	7,4	8,0	9,6	9,2	9,0	9,2	9,3	na	na	11,3	8,9	9,0

FONTE: BM&V (1998) e IBGE (1996, 1997)
* - elaboração própria

TABELA B2
PROPORÇÃO DOS INDIVÍDUOS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA

REG. METROP.	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	93	95	96	MEDIA
FORTALEZA	54	na	56	na	37	30	38	36	41	41	39	26	na	42
RECIFE	56	na	57	na	48	40	43	44	47	49	51	34	na	48
SALVADOR	43	na	44	na	40	38	39	34	39	39	45	35	na	40
B. HORIZONTE	31	na	44	na	36	26	28	29	27	30	32	17	na	32
R. DE JANEIRO	27	na	35	na	37	23	26	25	33	33	33	22	na	29
S. PAULO	22	na	34	na	27	17	20	18	21	22	29	17	na	23
CURITIBA	17	na	30	na	24	11	11	11	14	12	14	8	na	17
P. ALEGRE	18	na	30	na	23	16	19	21	21	21	24	12	na	21
MEDIA	34	na	41	na	34	25	28	27	30	31	33	21		31

FONTE: ROCHA (1991) E ROCHA (1998)

A4: Modelo econométrico: evidências microeconômicas.

Em B&M (1991), o modelo utilizado foi:

$$\ln \left\{ \frac{P(T)}{[1-P(T)]} \right\} = a_0 + a_1 i + a_2 i^2 + a_3 g + a_4 f + a_5 p \\ + [b_0 + b_1 i + b_2 g + b_3 f + b_4 p] [\ln(r)] \\ + d_t [\ln(r)]^2$$

onde i é idade menos 10, g é gênero (0 para homens, 1 para mulheres), f é região metropolitana de Fortaleza, p é região metropolitana de Porto Alegre e r é renda.

Trata-se de um modelo logístico composto de 5 termos independentes, quatro que dependem do logaritmo da renda e um que depende do logaritmo da renda ao quadrado. A região metropolitana de São Paulo é representada quando f e p são iguais a zero. Detalhes adicionais sobre o modelo podem ser encontrados em B&M (1991) e em Pindyck & Rubinfeld (1993).

No presente trabalho, incluíram-se variáveis *dummy* para todas os estados brasileiros, além de uma variável categórica para diferenciar região rural (“região” = 1), região urbana não-metropolitana (“região = 2) e região metropolitana (“região” = 0). Desta forma, a amostra aumentou de 5899 para 57.638 pesquisas.

A5. Regressões Logísticas.

PEA / ANO		B&M 1987		G&G 1997	
		beta	Sig	Beta	Sig
Constante	a0	-4,14	Sim	-2,8612	0,0000
I	a1	1,10	Sim	0,4792	0,0000
i2	a2	-0,041	Sim	0,0028	0,2830
G	a3	-0,97	Sim	-0,7995	0,0000
F	a4	-1,53	Sim	-0,0953	0,1199
P	a5	-0,21	Sim	0,3178	0,0000
Ln(r)	b0	-1,02	Sim	-0,4382	0,0000
i*ln(r)	b1	0,10	Sim	0,0255	0,0000
G*ln(r)	b2	0,03	Não	0,1081	0,0000
f*ln(r)	b3	-0,59	Sim	-0,2453	0,0000
P*ln(r)	b4	-0,60	Sim	-0,1589	0,0008
[ln(r)]2	dt	-0,13	Sim	-0,0376	0,0000
RegMet					0,000
Rural				1,2651	0,000
Urb				0,4573	0,000
Ln (veros)		-2185,32		-27167,09	
Amostra		5899		57638	

Bibliografia

- AZEVEDO, J. S. G. (1999): "Different impacts of the family decision on the labor supply of children adolescents and adults". BA : UFBA, *mimeo*.
- BARROS, MENDONÇA & VELAZCO (1998): "Trabalho infantil no Brasil urbano". *Pesquisa & Debate*. SP, PUC-SP, v. 9, n. 1 (13).
- BARROS, MENDONÇA & VELAZCO (1994): *Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?*. RJ : IPEA (Texto para discussão n. 351).
- BARROS & MENDONÇA (1991): "Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.21, n. 2, pp. 355-376, ago.
- BASU, K. (1999): "Child Labor: cause, consequence and cure, with remarks on international labor standards". *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVII (Sep./99), pp. 1083-1119.
- IBGE (vários anos): *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília. (CD-ROM)
- PINDYCK & RUBINFELD: *Econometric models and Economic Forecasting*. McGraw-Hill.
- REIS & BARROS (1990): "Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 3, dezembro.
- ROCHA, S. (1988): "Linhas de Pobreza para as Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80". In: *Anais do 16o. Encontro da ANPEC*. Belo Horizonte.
- ROCHA, S. (1991): "Pobreza Metropolitana: Balanço de uma Década". In: *Perspectivas da Economia Brasileira - 1991*. IPEA, Brasília.
- ROCHA, S. (1996): *Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*. RJ : IPEA (Texto para Discussão n. 439).
- ROCHA, S. (1998): "Pobreza no Brasil: Principais Tendências da Especialização". In: *Anais do 26o. Encontro da ANPEC*. Vitória.

TEXTOS JÁ PUBLICADOS

- nº 01 - A PRAGMATIC APPROACH TO STATE INTERVENTION: THE BRAZILIAN CASE.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 02 - THE PERVERSE MACROECONOMICS OF DEBIT, DEFICIT AND INFLATION IN BRAZIL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 03 - A TAXA DE SALÁRIOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.
Domingo Zurrón Ócio
- nº 04 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, LUCROS E JUROS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 05 - INVESTMENT DECISION AND THE INTEREST RATE IN NORMAL AND EXCEPTIONAL TIMES.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 06 - O IMPOSTO ÚNICO SOBRE TRANSAÇÕES (IUT).
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
- nº 07 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIDA EM SOCIEDADE.
Robert Norman V. C. Nicol
- nº 08 - O DÉCIMO PRIMEIRO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 09 - THE VANISHING MOTIVATION TO SOLVE THE DEBT CRISIS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 10 - CRIME, VIOLÊNCIA E CASTIGO.
Robert Norman V. C. Nicol
- nº 11 - UM MODELO INTEGRADO PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS.
Annibal Parracho Sant'Anna
Dani Gamerman (IM/UFRJ)
Hélio dos Santos Migon (IM/UFRJ)
- nº 12 - IMPOSTO INFLACIONÁRIO E EFEITO OLIVEIRA-TANZI: UMA VERSÃO COMBINADA.
Paulo Roberto Arvate
- nº 13 - WAGES, EFFICIENCY AND LABOR MARKET REGULATION IN AN INFLATIONARY ENVIRONMENT.
Guillermo Tomás Málaga
- nº 14 - OS KEYNESIANOS NEO-RICARDIANOS E OS PÓS-KEYNESIANOS: COMENTÁRIOS A AMADEU E DUTT.
Antonio Carlos Alves dos Santos
- nº 15 - THE RECENT BRAZILIAN TRADE LIBERALIZATION IN HISTORICAL PERSPECTIVE.
Gesner Oliveira
Marcelo Allain
- nº 16 - PRÁTICAS ORÇAMENTÁRIAS PARTICIPATIVAS: UM ESTUDO DE CASO DE PREFEITURAS PAULISTAS.
Carlos A. C. Ribeiro
Walter T. Simon

- nº 17 - LIBERALIZATION AND DEMOCRATIZATION IN THE CONTEXT OF A WEAK STATE AND A WEAKER CIVIL SOCIETY.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 18 - LATIN AMERICA AND EASTERN EUROPE: ECONOMIC REFORMS IN ABNORMAL TIMES.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 19 - WAGE POLICIES AND LABOR TURNOVER: AN EMPIRICAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN DATA.
Guillermo Tomás Málaga
- nº 20 - MODELOS HIERÁRQUICOS DINÂMICOS E PREVISÃO DO VALOR AGREGADO.
Annibal Parracho Sant'Anna
- nº 21 - A EXPERIÊNCIA RECENTE DE ESTABILIZAÇÃO E AJUSTAMENTO NO MÉXICO: ASPECTOS RELEVANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.
Gesner Oliveira
- nº 22 - UM MESTRE DA ECONOMIA BRASILEIRA: IGNÁCIO RANGEL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
José Márcio Rego
- nº 23 - PRIVATIZATION THROUGH INSTITUTIONALIZATION, WHEN IT IS NECESSARY TO CREATE THE MARKET AND THE STATE.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 24 - CRISE MONETÁRIA, REFORMA FISCAL E DOLARIZAÇÃO DA ECONOMIA.
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 25 - RECORDAR É VIVER: A QUESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REAIS, ABERTURA DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS SOBRE O CONSUMO E INVESTIMENTO INTERNO.
Paulo Roberto Arvate
- nº 26 - CRISE FISCAL EM MUNICÍPIOS: INDICADORES E INSTRUMENTOS.
Carlos A. C. Ribeiro
- nº 27 - ABERTURA DA ECONOMIA COM MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO E POLÍTICA CAMBIAL ÀS AVESNAS.
Paulo Roberto Arvate
- nº 28 - A EFICIÊNCIA TÉCNICA DE EMPRESAS E O PARADOXO DO DESEMPENHO.
Carlos A. C. Ribeiro
- nº 29 - BRAZILIAN PRODUCTIVE AND OCCUPATIONAL STRUCTURES: REGIONAL DISPERSION INDEXES.
Anita Kon
- nº 30 - SRAFFA E WITTGENSTEIN: NOTAS SOBRE TEORIA ECONÔMICA E JOGOS DE LINGUAGEM.
Antonio Carlos Alves dos Santos
- nº 31 - EMPRESÁRIOS, SUAS ORIGENS E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 32 - A "CREDIBILIDADE" DA POLÍTICA ANTIINFLACIONÁRIA E A SUA CONSISTÊNCIA TEMPORAL.
Arthur Barrionuevo Filho

- nº 33 - A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL: UM MODELO CAUSAL.
Anita Kon
- nº 34 - ACCUMULATION AND GROWTH IN A MONETARY ECONOMY: JAMES TOBIN REVISITED.
Gilberto Tadeu Lima
- nº 35 - A ARMADILHA DA DOLARIZAÇÃO.
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 36 - NOTES ON MONEY, GROWTH AND DISTRIBUTION.
Gilberto Tadeu Lima
- nº 37 - UMA INTERPRETAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: A CRISE DO ESTADO.
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 38 - FRAGMENTS OF A TRANSEPISTEMIC DISCOURSE: POLITICAL ECONOMY OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND SOCIOLOGY OF ECONOMIC KNOWLEDGE.
Gilberto Tadeu Lima
- nº 39 - THE POLITICAL ORIGIN OF ECONOMIC PROBLEMS.
Luiz Carlos Bresser Pereira
Yoshiaki Nakano
- nº 40 - TWO ESSAYS ON INDUSTRIALIZATION IN DEVELOPING COUNTRIES AND DE INDUSTRIALIZATION IN DEVELOPED COUNTRIES.
Gilberto Tadeu Lima
- nº 41 - NET AND TOTAL TRANSITION COSTS: THE TIMING OF ADJUSTMENT.
Luiz Carlos Bresser Pereira
Jairo Abud
- nº 42 - SOBRE A NOÇÃO DE PROGRESSO DA CIÊNCIA ECONÔMICA EM SCHUMPETER.
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva
- nº 43 - THE BRAZILIAN ECONOMY UNDER THE REAL: PROSPECTS FOR STABILIZATION AND GROWTH.
Gesner Oliveira
Celso Toledo
- nº 44 - O CONCEITO DE PRÉ-REQUISITOS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO.
Robert Norman V. C. Nicol
- nº 45 - BRAZIL: INTERNATIONAL TRADE OPPORTUNITIES AMONG ECONOMIC REGIONAL BLOCS.
Ernesto Lozardo
Vera Thorstensen
- nº 46 - ÁLGEBRA LINEAR PARA ECONOMIA.
Robert Norman V.C. Nicol
- nº 47 - MODELOS ORTODOXOS DE INFLAÇÃO ALTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.
Luiz Antonio de Oliveira Lima
- nº 48 - A TURNING POINT IN THE DEBT CRISIS AND THE BANK: A BRASILIAN MEMOIR
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 49 - THE RELATIVE AUTONOMY OF MACROECONOMICS: A METHODOLOGICAL APPROACH
Luiz Carlos Bresser Pereira
Gilberto Tadeu Lima

- nº 50 - PLANO REAL: ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA E DESEQUILÍBRIO EXTERNO
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 51 - DEVELOPMENT, TECHNOLOGICAL CHANGE AND INNOVATION: SCHUMPETER AND NEO-SCHUMPETERIANS
Gilberto Tadeu Lima
- nº 52 - EM BUSCA DE UMA NOVA INTERPRETAÇÃO PARA O BRASIL E A AMÉRICA LATINA
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 53 - A DIVISÃO DE TRABALHO NA METRÓPOLE BRASILEIRA
Anita Kon
- nº 54 - LATIN AMERICA MAJOR PLAYER IN THE INTERNATIONAL FINANCIAL MARKETS: AGONY AND ECSTASY
Maria Lucia Labate Mantovanini Pádua Lima
- nº 55 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE A RESPEITO DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO
Arthur Barrionuevo Filho
- nº 56 - EM ALGUM LUGAR DO PASSADO:
BREVES REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
Gilberto Tadeu Lima
- nº 57 - A MORAL DA DÍVIDA PÚBLICA
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 58 - OVERDETERMINATION IN A MARXIAN THEORY OF MONEY
Gilberto Tadeu Lima
- nº 59 - SOCIAL CHOICE AND IRREDUCIBLE VALUES
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 60 - A ECONOMIA POLÍTICA DA CORRUPÇÃO
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 61 - A EPISTEMOLOGIA DA ECONOMIA TEÓRICA EM SCHUMPETER: O PAPEL DE DAS WESEN UND DER HAUPTINHALT DER THEORETISCHEN NATIONALÖKONOMIE
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 62 - ESTRATÉGIAS DE APOIO À COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO DAS PMEs: O CASO DO BRASIL
Carlos de Faro Passos
- nº 63 - SERVICE INDUSTRIES AND SERVICE ECONOMY
Anita Kon
- nº 64 - BUDGETING AND RESOURCE ALLOCATION IN UNIVERSITIES: A PUBLIC CHOICE APPROACH
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 65 - O IMPACTO DA REDUÇÃO DO CUSTO DO BRASIL SOBRE A DEFASAGEM CAMBIAL
Samuel de Abreu Pessôa
- nº 66 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO; ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA DO BRASIL E DO MERCOSUL
Gesner Oliveira

- nº 67 - AJUSTAMENTO DE UMA ECONOMIA APÓS UMA ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE
Samuel de Abreu Pessôa
- nº 68 - A MENSURAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA-CONDUTA-DESEMPENHO:
O CASO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PAULISTA
Fernando Celso Garcia de Freitas
- nº 69 - THE POLITICAL ECONOMY OF PRIVATE SAVINGS: SAVINGS DECISIONS UNDER
INSTITUTIONAL INSTABILITY
Fernando Garcia
Marcos Fernandes G. da Silva
- nº 70 - UMA RECONSIDERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS MICROECONÔMICOS DA
MACROECONOMIA
Luiz Antônio Oliveira Lima
- nº 71 - ANTITRUST POLICY IN BRAZIL: RECENT TRENDS AND CHALLENGES AHEAD
Gesner Oliveira
- nº 72 - A MACRO E A MICROECONOMIA DA ESTABILIZAÇÃO – CONCEITOS E
APLICAÇÃO
Luiz Antônio de Oliveira Lima
- nº 73 - DISTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA RENDA: O CÍRCULO VICIOSO DA
DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA
Fernando Garcia
Lígia M. de Vasconcellos
Sérgio Goldbaum
Cláudio R. Lucinda
- nº 74 - A QUESTÃO DO GÊNERO NA ECONOMIA POLÍTICA
Anita Kon
- nº 75 - INTERNATIONAL COOPERATION AND THE INTERESTS OF THE DEVELOPING
COUNTRIES: A FLEXIBLE APPROACH
Gesner Oliveira
- nº 76 - PLANO REAL, DEPENDÊNCIA E DÍVIDA EXTERNA
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 77 - REGULATION AND COMPETITION POLICY: TOWARDS NA OPTIMAL
INSTITUTIONAL CONFIGURATION IN THE BRAZILIAN TELECOMMUNICATIONS
INDUSTRY
Gesner Oliveira
- nº 78 - BRAZILIAN REGIONAL DEVELOPMENT DISTRIBUTION: EVIDENCES FOR SOCIO-
ECONOMIC POLICY
Anita Kon
- nº 79 - TRÊS CASOS DE APROPRIAÇÃO DE RENDA DO SOLO URBANO NA CIDADE DE
SÃO PAULO ATRAVÉS DE OPERAÇÕES URBANAS INTERLIGADAS – ÁGUA
BRANCA – MATARAZZO – WEST PLAZA – PLAY CENTER
Paulo Sandroni
- nº 80 - DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO E DESEMPREGO NAS
ECONOMIAS CAPITALISTAS AVANÇADAS
Luiz Antonio de Oliveira Lima

- nº 81 - INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO: A HIPÓTESE DO CAPITAL-EFETIVO
Fernando Garcia
Sérgio Goldbaum
Lígia M. de Vasconcellos
André Marques Rebelo
- nº 82 - HOUSING DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN: ITS
MEASURING AND ITS DETERMINANTS
Fernando Garcia
Rogério César de Souza
Ana Maria Castelo
- nº 83 - GERAÇÃO E QUALIDADE DO EMPREGO NO SETOR TERCIÁRIO
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Marco Antonio Jorge
- nº 84 - FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA
Paulo Nogueira Batista Jr.
- nº 85 - RECENT TRENDS AND PROSPECTS FOR BRAZILIAN ANTITRUST
Gesner Oliveira
- nº 86 COMPETITION POLICY AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT: POSSIBLE
RELATIONSHIP AND ASPECTS FROM THE RECENT BRAZILIAN EXPERIENCE
Gesner de Oliveira
Richard L. Hochstetler
Carolina C. Kalil
- nº 87 CRISES FINANCEIRAS E MODELOS DE CONTÁGIO
Luiz Antônio de Oliveira Lima
- nº 88 AJUSTE ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA: IMPACTOS SOBRE A SEGMENTAÇÃO
DO TRABALHO
Anita Kon
- nº 89 SELF-INTEREST AND INCOMPETENCE
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 90 INCOMPETENCE AND CONFIDENCE BUILDING BEHIND LATIN AMERICA'S
20 YEARS OLD QUASI-STAGNATION
Luiz Carlos Bresser Pereira
- nº 91 CONVERGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL DA RENDA
Fernando Garcia
Rogério César de Souza
- nº 92 ASPECTS OF COMPETITION POLICY IN MERCOSUR
Gesner Oliveira

IMPORTANTE

Trata-se de uma versão preliminar de um trabalho a ser publicado oportunamente, estando, pois, sujeito a alterações, razão pela qual nenhuma parte poderá ser publicada sem a prévia autorização de seu autor.

Escola de Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas

Departamento de Planejamento e Análise Econômica
Aplicados à Administração
(PAE)

Av. Nove de Julho, 2029
CEP 01313-902 - São Paulo – Brasil
Tel.: (011) 281-7813/281-7765